

PROJETO DE LEI N°

"ESTABELECE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 2026 A 2029 E DEFINE AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026."

MARCOS FERREIRA GODOY, Prefeito do Município de Itapevi/SP, no uso das suas atribuições que lhe confere o artigo 48, inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER - que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece, nos termos do art. 165, § 1º, da Constituição, o Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2026/2029, no qual são definidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos Anexos I a V.

§ 1º Fica o Executivo autorizado a modificar a unidade executora ou o órgão responsável por programas e ações e os indicadores e respectivos índices, bem como a adequar as metas físicas em função de modificações nos programas ditadas por leis, por leis de diretrizes e por leis orçamentárias e seus créditos adicionais.



§ 2° O Plano Plurianual compreende a atuação de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive da Câmara Municipal, bem como das empresas em que o Município detém o

controle acionário, consideradas, nos termos da Lei

Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, de caráter

dependente.

Art. 2° O PPA 2026-2029 está estruturado e organizado da

sequinte forma:

I - Toda ação governamental está estruturada em programas,

estabelecidos em conformidade com as diretrizes e de modo a

contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos definidos

para o período do Plano;

II - Os programas contemplam, no que couber, as metas dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

III - Os objetivos estratégicos do PPA 2026-2029 representam

as situações e mudanças de médio e longo prazo na sociedade,

com as quais o Município pretende contribuir por meio de seus

programas e serão acompanhados de indicadores de impacto e

trajetórias esperadas para o período de vigência.

IV - Os programas são classificados como:

a) Programas finalísticos: têm por objetivo

viabilizar o acesso da população aos bens e

2



serviços públicos ou a mudança nas condições de vida do público-alvo direto do programa;

b) Programas de Apoio Administrativo: têm por objetivo contribuir para manter a organização pública e para concretizar os resultados finalísticos e de melhoria de gestão de políticas públicas.

V - Os programas são compostos por objetivos, indicadores recentes e de resultado, metas que se pretende alcançar, valores globais, órgão responsáveis e órgãos executores, assim definidos:

a) O objetivo expressa o resultado positivo que se espera alcançar com o programa;

b)Os produtos representam os bens e serviços ofertados pelo programa ao seu público-alvo e são classificados em: (i) finalístico; e (ii) apoio administrativo.

VI - O indicador é a medida que permite aferir, periodicamente, o alcance do objetivo de um programa ou a oferta de bens e serviços, no caso de produtos finalísticos, auxiliando seu monitoramento e avaliação;

VII - A meta estabelece, para cada indicador, as quantidades do resultado esperado pelo programa ao final do Plano Plurianual e de produto a ser ofertado no período;



VIII - O valor global do programa é uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à realização dos produtos e à consecução dos objetivos; e

IX - As Secretarias Municipais, as entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo são os órgãos executores responsáveis pela implementação do programa.

Art. 3º São estabelecidas para o quadriênio 2026/2029 as seguintes diretrizes norteadoras da execução dos programas e ações a cargo dos órgãos municipais:

I - Atendimento às diretrizes fixadas pela Constituição Federal de 1.988 e normas infraconstitucionais;

II - Atendimento às demandas da população nas diversas áreas
 de atuação de competência deste Ente Federativo; e

III - Possibilitar que os diversos órgãos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Municipais desempenhem as suas atividades.

Art. 4º As estimativas das receitas e dos valores dos programas e ações constantes dos anexos desta lei são fixadas exclusivamente para conferir consistência ao Plano, não constituindo limites para a elaboração das leis de diretrizes orçamentárias, das leis orçamentárias e das suas modificações.

MUNICIPAL DE ITAPEV

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI SECRETARIA DE GOVERNO

Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 | Nova Itapevi | Itapevi | São Paulo | CEP: 06693-120 Tel.: (11) 4143-7600 | sec.governo@itapevi.sp.gov.br

 ${\bf Art.}\ {\bf 5}^{\, {\rm o}}$ Nas leis orçamentárias ou nas que autorizarem a

abertura de créditos adicionais, assim como nas leis de

diretrizes orçamentárias e nos créditos extraordinários,

poderão ser criadas novas ações ou modificados os existentes,

considerando-se, em decorrência, alterado o Plano Plurianual.

Art. 6° As metas e prioridades da administração pública

municipal para o exercício de 2026, na conformidade do exigido

pelo art. 165, § 2°, da Constituição, são as fixadas no Anexo

VI, integrante desta Lei.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itapevi, 13 de agosto de 2025.

MARCOS FERREIRA GODOY
PREFEITO

JONATAS FELIPE FRANCISCO SECRETÁRIO DE GOVERNO

5